

UMA GRAMÁTICA MISSIONÁRIA DO SÉCULO XVIII: USO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Cristiano Silva JESUITA¹

Doutorando em Língua Portuguesa – PUC-SP

RESUMO

No processo de conversão dos gentios e de gramatização das línguas “exóticas”, os missionários produziram uma grande variedade de gêneros textuais: cartas, sermões, catecismos, orações, vocabulários, dicionários e a própria gramática. De toda essa produção, só nas últimas décadas o trabalho de reflexão e descrição linguística dos missionários vem sendo redescoberto e rediscutido. Assim, para contribuir com a linha de pesquisa da História das Ideias Linguísticas no Brasil, este artigo propõe analisar um manuscrito anônimo produzido no século XVIII na região do antigo estado do Maranhão e Grão Pará: a *Gramática da Língua geral do Brasil, com hum dictionario dos vocábulos mais uzuaes para a intelligencia da dita língua*. A análise permite observar que a tensão entre escrita (normatizada nos textos) e oralidade (língua em uso no cotidiano das missões) percorre a obra.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Gramáticas das Línguas Gerais. Manuscrito século XVIII.

Introdução

Desde a chegada dos primeiros jesuítas à costa do Brasil em 1549, os missionários defrontaram-se com a difícil tarefa de traduzir os conteúdos e os sentidos da doutrina cristã para uma língua que não parecia “voz humana”. Conforme Hansen (1995), as cartas dos primeiros missionários revelam o impacto negativo dos primeiros contatos dos missionários com a língua dos índios:

Genericamente, o enunciado jesuítico, ainda que muito “simpático” ao índio postula que sua língua é marcada por uma mudez² e uma cegueira constitutivas que, toldando a visão ou a teoria do bem, fazem-na imprudente e escura, como evidência de uma natureza *semper prona ad malum*: língua desmemoriada de *gente absque consilio et sine prudentia*, demonstrando-se também em sua língua a falta de equidade visível em seu apetite de guerra, carne humana e outras abominações, como a poligamia e a nudez, com que o macaco de Deus vai dificultando sua integração no campo das ordens do império. (HANSEN, 1995, p.114)

¹ Endereço Eletrônico – cjesuita81@hotmail.com

² A reprodução de uma “oralidade indígena” aparece numa grande variedade de gêneros produzidos por missionários e cronistas. Andrea Daher sublinha a diferença da construção retórica da alteridade indígena nos relatos dos missionários jesuítas e franceses: “Se em relatos franceses o tubinanbá fala, o “índio jesuíta”, por sua vez, não é dotado de palavra. Longe do ambiente ideal e idealizado dos relatos franceses, no *Diálogo sobre a convenção do gentio*, de Manuel da Nóbrega, os missionários são os únicos detentores da palavra, pois são eles, através de sua virtude, os mediadores por excelência da graça divina, à qual o jesuíta acaba por entregar a salvação do gentio” (DAHER, 2012, p. 27).

Num primeiro momento, os missionários procuraram resolver o problema da comunicação através do saber linguístico dos colonos portugueses que viviam há longo tempo na colônia e de seus descendentes filhos de mães índias. O padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, utilizou intérpretes índios que seguiam os missionários por toda parte, e que até nas confissões estavam presentes.³

O aprendizado da língua indígena tornou-se uma questão crucial no processo de conversão do gentio. Conforme recorda Monteiro (2000), os missionários na Índia e no extremo Oriente depararam-se com uma tradição literária e um sistema de escrita não ocidentais. No Brasil, ao contrário, tanto as línguas quanto as tradições narrativas eram basicamente orais.

Padre Antônio Vieira, no sermão pregado na cidade de São Luis do Maranhão, na igreja da Companhia de Jesus, por ocasião da partida de uma grande missão de religiosos ao rio Amazonas, expôs a dificuldade da aprendizagem das línguas dos índios do Brasil.

Pois se a Santo Agostinho, sendo Santo Agostinho, se à águia dos entendimentos humanos se lhe fez tão dificultoso aprender a língua grega, que tão vulgarizada entre os latinos e tão facilitada com mestres, com livros, com artes, com vocabulários e com todos os outros instrumentos de aprender, que serão as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler nem escrever? Que será aprender o Nheengaíba, o Juruna, o Tapajó, o Tremembé, o Mamaianá, que só os nomes parecem que fazem horror?

As letras dos Chinas e dos japões muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como a dos Egípcios; mas enfim, é aprender línguas de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela, distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como o de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas, como nos costumes, não há dúvida que é empresa muito árdua à qualquer entendimento e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida com Deus. (VIEIRA, 2014, p.429)

Nessa babel de línguas e “nações” diversas coube aos missionários a tarefa de “reduzir”⁴ a língua indígena através de três instrumentos: a gramática latina, o dicionário e o catecismo.

O processo de descrição dos vernáculos europeus é contemporâneo do processo de descrição das línguas de outros continentes e das línguas ameríndias (AUROUX, 1992). As

³ O problema da confissão por intérprete foi causa de uma polêmica entre Nóbrega e o superior da ordem o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha que estranhou o procedimento de confessar por intérprete pelo fato de “ser uma coisa tão nova e nunca usada na igreja”. Cf. Cartas dos primeiros jesuítas Vol. 1 p.361.

⁴ Reduzir, na metalinguagem da época, diz respeito ao processo de adaptação da língua indígena às normas e regras da gramática latina.

primeiras gramáticas acerca da língua portuguesa foram a *Gramática da linguagem portuguesa*, publicada em 1536, de Fernão de Oliveira, e a *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540. A proximidade cronológica entre a elaboração das duas primeiras gramáticas da língua portuguesa e a primeira de uma língua “exótica”⁵ do Brasil reflete, conforme Auroux, o fenômeno da gramatização das línguas do mundo. Processo iniciado, segundo o autor, no Renascimento:

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” marcou profundamente a evolução da comunicação humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. (AUROUX, 1992, p.8-9)

No Brasil, espaço vazio de tecnologia linguística, as gramáticas, os dicionários e os catecismos foram os instrumentos que possibilitaram a criação de certa homogeneização das variedades linguísticas, processo condizente com os interesses missionários e da administração da colônia.

O primeiro resultado desse esforço coletivo na construção de instrumentos linguísticos⁶ foi a *Arte da língua mais falada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra em 1595, mas que circulava em forma manuscrita pelo menos desde 1554, de autoria de José de Anchieta. Na sequência, aparece a *Arte da língua Brasílica*, de Luís Figueira, publicada provavelmente em 1621, e a *Arte de gramática da língua da nação Kiriri*, escrita pelo jesuíta Italiano Luis Vicêncio Mamiani, publicada em Lisboa 1699⁷.

Além das três obras sobre as línguas indígenas, temos notícia de uma gramática sobre a língua Bantu, o Ki-mbundo também denominada ndongo: *A Arte da língua de Angola oferecida a Virgem e senhora do Rosario, Mãe & Senhora dos mesmos pretos*, publicada em Lisboa 1697, escrita por Pedro Dias. Todas as obras citadas anteriormente circulavam na forma impressa entre os séculos XVI e XIX, inclusive algumas delas com mais de uma edição⁸.

⁵ O termo “exótico” carrega uma acepção nitidamente eurocêntrica. Segundo Navarro, “o termo exótico vem do latim “exoticus” e esse do grego xwtikŌj, “de fora”, “externo”, derivado de oexw, “fora”. (Navarro, 2000, p. 17). Cf. Maria Leonor Carvalhão Buescu, Estudos das línguas exóticas no século XVI.

⁶ Conforme Auroux(1992), a gramática e o dicionário são os instrumentos linguísticos que tornaram possível o processo de gramatização das línguas do mundo.

⁷ Mamiani também escreveu o *Catecismo da doutrina cristã na língua brasílica da nação Kiriri*, publicado em Lisboa 1698. Em 1887, aparece no Rio de Janeiro a segunda edição da *Arte da gramática da nação Kiriri*.

⁸ Nenhuma dessas obras foi publicada originalmente no Brasil, em virtude da proibição do estabelecimento de casas impressoras nos territórios da colônia.

O pequeno número de línguas indígenas gramatizadas⁹ pelos missionários justifica-se pelo fato de que

A gramaticalização das línguas americanas, iniciada no século XVI, não se fez aleatoriamente. Ela, incidiu sim, sobre as línguas que tinham grande extensão geográfica. [...] Ademais, a impressão de uma gramática, dados os seus custos elevados numa época de imprensa ainda incipiente, só se justificaria se a língua descrita fosse falada por muitas pessoas, o que faria com que o esforço redundasse na conversão de muitas almas, fim colimado pela publicação dessa sorte de obra. (NAVARRO, 1995, p.105)

Conforme destaca Navarro (1995, p.107), o critério da difusão geografia de uma língua, ou seja, a quantidade de falantes de uma língua, aparece com destaque no prólogo de algumas gramáticas impressas no período:

Fray Domingos de Santos Thomas, <i>Lexicon o Vocabulario de la Lengua general del Peru, 1560.</i>
Prologo del Auctor al Pio Lector [...] Porque puesto que ay em aquella tierra otras muchas lenguas particulares, que quase em cada provincia ay la suya, pero esta es la general y entendida por toda la tierra y mas usada de los señores y gente principal y de muy gran parte de los demais índios.

Antonio Ruiz de Montoya, <i>Tesoro de la lengua guarani, 1639.</i>
Prologo Dio finalmente fin a este trabajo el tempo de treinta anos que he gastado entre gentiles y com eficaz estúdio rastreado lengua tan copiosa y elegante(...) tan propia em sus significados (...) tan universal que domina ambos mares, el del Sur por todo el Brasil y ciñendo todo el Peru com los dos mas grandiosos rios del Orbe, que son el de la Plata... y el gran Maranhão.

⁹ De acordo com a estimativa de Rodrigues (1994, p19), na época da chegada dos primeiros europeus ao território brasileiro, o número de línguas indígenas girava em torno de 350.

Provavelmente, muitas gramáticas, dicionários, catecismos, vocabulários e orações de diferentes línguas indígenas circulavam entre os missionários na forma de manuscritos, mas muitos desses trabalhos se perderam. Um exemplo dos poucos trabalhos manuscritos que chegaram até os dias atuais é uma gramática missionária produzida já no século XVIII: a *Gramática da língua geral do Brasil, com hum dictionario dos vocábulos mais uzuaes para a intelligencia da dita língua*. Essa gramática reflete os últimos momentos do processo de catequização dos índios do norte do Brasil e permite observar a complexa realidade linguística que emerge do contato entre o missionário europeu e o índio.

O manuscrito

O manuscrito não apresenta prólogo ou introdução, mas curiosamente se inicia com uma lista de palavras intitulada “graus de parentescos”. Esse pequeno vocabulário é composto por mais de cinquenta palavras que procuram descrever a complexa estrutura familiar indígena. Na sequência, aparece a gramática (fólios 1-236), o dicionário (fólios 237-354), uma lista organizada em ordem alfabética intitulada “nome das partes do corpo” (fólios 356-360) e, por fim, uma sequência de pequenos textos religiosos: doutrina da fé, confessionário, práticas para ajudar a bem morrer e um calendário com os dias da semana em que os índios deveriam jejuar e ouvir missa (fólios 370-412).

Uma primeira dificuldade para quem se dedica ao trabalho do convívio com os manuscritos do período colonial brasileiro é a identificação do texto quanto a três critérios: a data, o local e a autoria. Nas últimas páginas do manuscrito aparece a data de “20 de abril de 1750, Vale” e uma referência ao “Estado” do Pará, e, conforme Zwartjes (2007, p. 57), a gramática “was written probally in the same period”.

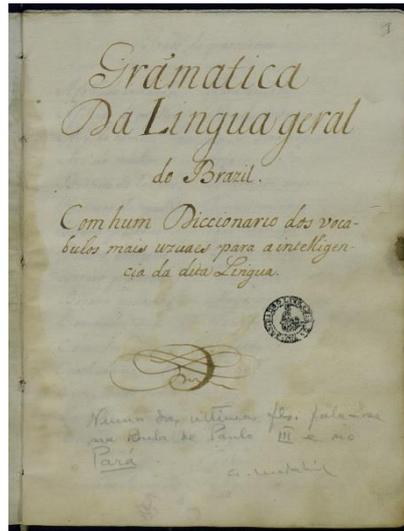


Figura 1: reprodução da capa do manuscrito com o título da gramática e do dicionário.

Na comparação dos textos podemos afirmar que foram compostos por pelo menos três autores diferentes¹⁰. Conforme Zwartjes (2007, p.57), “the first scribe wrote the grammar, the two others the rest (dictionary, the religious texts, such as ‘confessionario’, ‘doutrina’, etc. and several word list)”. À primeira vista pode parecer estranho, mas era uma prática comum um missionário completar ou até mesmo corrigir o trabalho de outro¹¹. Vejamos os exemplos das letras presentes na gramática e no dicionário:

¹⁰ Edelweiss (1969, p.144) sustenta a tese de que o manuscrito foi composto por pelo menos três autores diferentes: “Desse título [do manuscrito] se concluí, que a gramática e o dicionário, por ventura de autores diferentes, foram reunidos por alguém. Esse mesmo ou algum outro deve ter acrescentado ao conjunto inicial da obra as composições menores.”

¹¹ Conforme destaca Auroux (1992, p.80), nas missões, o trabalho de coleta dos dados se efetua sistematicamente (lista de palavras, cortes sobre vários informantes com variações contextuais de uma mesma forma etc.) e a elaboração de instrumentos linguísticos é perseguida durante vários longos anos, às vezes por pesquisadores diferentes que retomam e desenvolvem os trabalhos dos seus predecessores. Parece que as atividades linguísticas foram objeto de uma certa especialização entre os integrantes das missões e até que certos missionários trabalharam em vários campos.

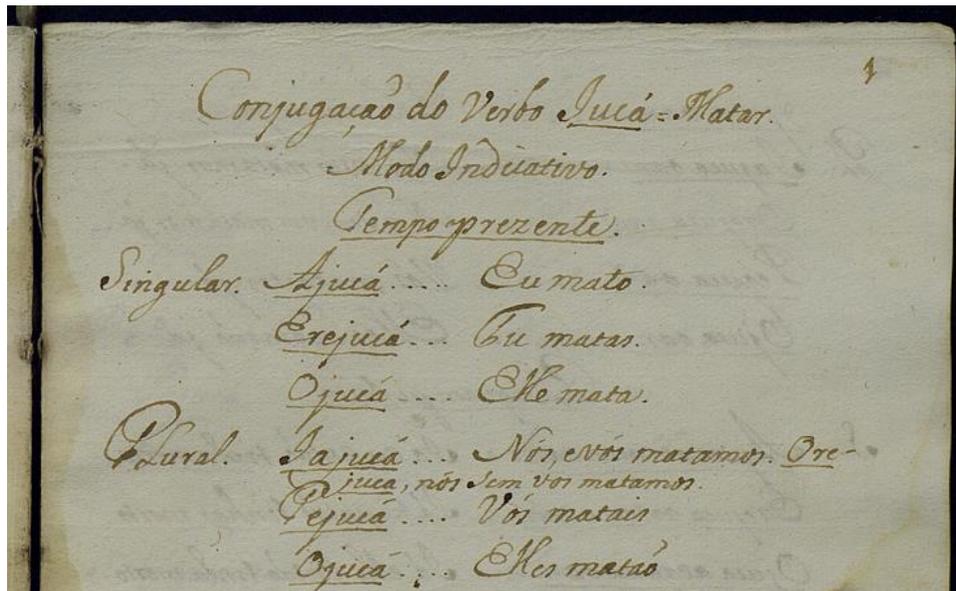


Figura 2: reprodução da página da gramática. Letra do primeiro autor.

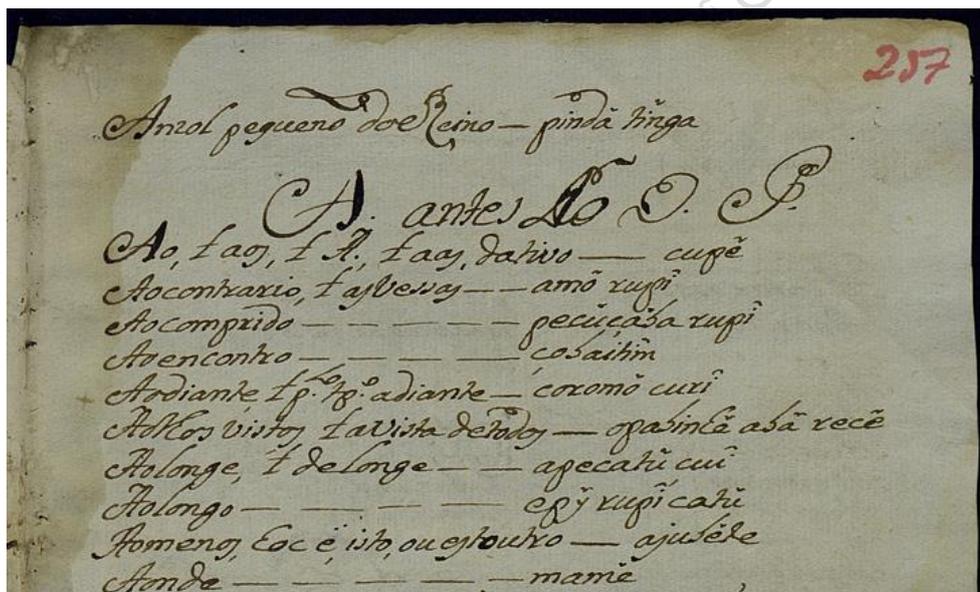


Figura 3: reprodução da página do dicionário. Letra do segundo autor.

O autor

Em relação à autoria, não podemos afirmar se, de fato, a gramática é obra da pena de um padre Jesuíta¹² ou de um frei Franciscano. No entanto, podemos ler nas entrelinhas algumas

¹² Zawartjes (2007), por exemplo, reconhece a gramática do Jesuíta Luíz Figueira como principal fonte da gramática anônima. Edelweiss (1969), por outro lado, argumenta que a gramática seria o resultado do trabalho de um Franciscano.

das suas características. O autor, por exemplo, não se considerava um “mestre de gramática” e não tinha a intenção de colocar a língua em Arte:

Todo gramático saberá que as partes da oração são oito e não trato aqui delas porque não componho por hora Arte e nem mestre sou dela [...] (ANÔNIMO, fólio 361)

O autor não reconhece a sua obra como uma Arte no sentido legado pela tradição greco-latina, pois seu objetivo não é fazer discussões teóricas sobre a língua. Podemos entender esse texto como um manual prático de uso linguístico, uma vez que a preocupação do autor parece ser mais imediata, isto é, iniciar numa língua completamente desconhecida os membros da ordem.

Em outro trecho da obra, o autor revela ter o conhecimento de outras línguas indígenas:

Não me parece mal esta opinião; porém a mim me parece, que são pronomes, porque *tendo noticia de outras línguas* as acho nelas claramente feitas pronomes (ANÔNIMO, fólio 132, grifos nossos)

O autor não fornece nenhuma informação mais específica sobre as línguas ameríndias que conhece. No decorrer do texto, o missionário faz comparações entre a língua geral, o latim e o português¹³.

Já em relação ao processo de aprendizagem da língua, o missionário parece ter a consciência de que o aprendizado de uma língua por meio de regras previstas pela gramática não é de todo equivalente ao aprendizado que resulta da convivência com a língua falada no cotidiano das missões.

[...] o uso e continuação são as coisas que melhor ensinam sem mestre. Pode-se aprender qualquer língua sem uso e continuação de nenhuma arte. (ANÔNIMO, fólio 203)

¹³ Segundo Auroux (1992, p. 82), se a descrição de uma língua “exótica” tem por fim permitir a um europeu falá-la ou compreendê-la, é provavelmente mais econômico partir de categorizações de sua própria língua ou de uma língua bem conhecida, como o latim, e dar seus equivalentes.

O jesuíta João Daniel¹⁴, no relato que fez da situação linguística das missões do norte do Brasil, deixa entrever que o ensino da língua geral não era feito por meio de artes e regras, mas por meio do uso e do trato diário com os índios.

[a língua geral] que aprendem as novas nações, que saindo dos matos, e a que estudam os missionários brancos, que tratam com índios não com regras e preceitos da arte, mas pelo uso e trato dos mesmos índios. (DANIEL, 1976 v.II, p. 225)

A Língua Geral

Nos primeiros séculos da nossa colonização, o termo “Língua Geral” não foi usado pelos primeiros jesuítas para nomear a língua que descreviam. Na América Espanhola, esse termo aparece nos títulos das obras desde o século XVI¹⁵.

A expressão “Língua Geral” foi inicialmente usada pelos portugueses e pelos espanhóis para qualificar línguas indígenas de grande difusão numa área. Assim na América espanhola o Quechua já no século XVI foi chamado de “Língua Geral” do Peru e o Guarani no início do século XVII, de Língua Geral da província do Paraguai” (RODRIGUES, 1994 p.99)

No Brasil, diferente do que ocorria na América Espanhola, o termo “Língua Geral” não aparece nos títulos das obras escritas pelos missionários. O termo escolhido entre os autores da época é a de Língua Brasílica. Os títulos das obras a seguir confirmam a utilização do termo entre os séculos XVI e XVII.

Autor	Título	Ano
José de Anchieta	Arte da língua mais falada na costa do Brasil	1595
Luíz Figueira	Arte da língua Brasílica	1621

¹⁴ João Daniel (1722-1776) viveu na região amazônica entre os anos de 1741 e 1757, ano em que foi preso por ordem do Marquês de Pombal. Na prisão, escreveu *Tesouro escondido no Rio Amazonas*, obra em dois volumes que descreve a situação econômica, social e linguística da região.

¹⁵ Entre os séculos XVI e XVII para a Língua Geral do Peru vejam-se, por exemplo, Domingos de S. Thoma, *Grammatica, o arte de la lengua general e los índios de los reynos de Peru* (1560), Diego Gonzáles Hulgúin, *Grammatica y arte nueva de la lengua general de todo el Peru llamada lengua Quichua o lengua del Inca* (1607).

Luis Vicêncio Mamiani	Arte da língua Brasílica da nação Kiriri	1699
Antonio de Araújo	Catecismo na língua Brasílica	1618

Conforme Aryon Rodrigues (1994), a partir do século XVII, o termo “Língua Geral” não é mais entendido como uma língua local de comunicação. A nossa tradição passou a entender esse termo num sentido mais específico, isto é, uma língua historicamente determinada falada por todos os agentes do sistema colonial: portugueses, índios, mestiços e negros em regiões específicas.

Dois grupos de línguas gerais se destacaram no período colonial Brasileiro:

- 1) A Língua Geral do Sul ou Língua Geral Paulista.
- 2) A Língua Geral da Amazônia.

O mapa a seguir procura ilustrar o movimento de expansão da Língua Geral Paulista (séc. XVI-XVIII) e da Língua Geral da Amazônia (séc. XVII- XXI).

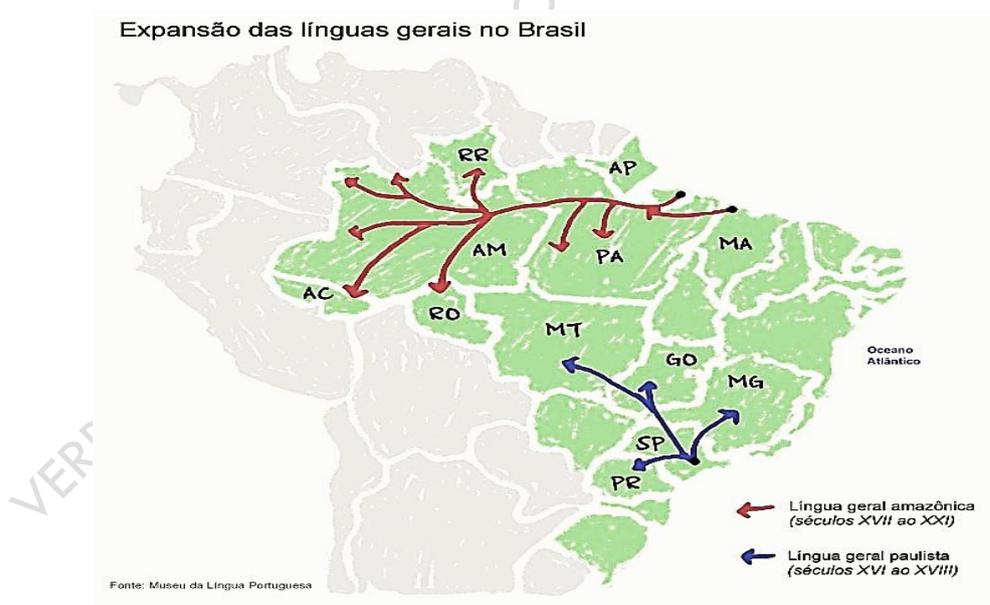


Figura 4 Fonte Museu da língua portuguesa

Na prática, no período colonial, existiam dois brasis que pouco se comunicavam: no sul o Estado do Brasil e no norte o Estado do Maranhão e Grão Pará. Pela ilustração, podemos

perceber que a expansão da Língua Geral Paulista começa a partir da costa, sobretudo a partir de São Vicente, e com o movimento dos bandeirantes em direção ao centro do Brasil a língua acabou seguindo o mesmo trajeto. No norte, a expansão da Língua Geral Amazônica se deveu sobretudo ao processo de catequização empreendido pelos padres jesuítas. A língua descrita na gramática anônima é a Língua Geral da Amazônia.¹⁶

Uso e mudança linguística

A situação linguística na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII, descrita pelo jesuíta João Daniel, deixa entrever a complexidade da realidade linguística vivida no interior das missões. No relato fica clara a percepção da coexistência de uma variedade escrita (língua geral antiga/ pura/ verdadeira) e uma língua geral (corrupta/corrompida/viciada) usada oralmente no cotidiano.

Nesta língua [tupinambá] se compuseram ao principio pelos primeiros missionários jesuítas o catecismo, e doutrina: e a reduziram a arte com regras, e termos fáceis de se aprender.

Porém, como os primeiros e verdadeiros tupinambares já quase de todo se acabaram, e as missões se foram restabelecendo com mui diversas nações, e línguas, se foram *corrompendo*¹⁷ de tal sorte que a língua tupinambá, que hoje são raros, os que a falam com sua *nativa pureza*, e vigor; de sorte que já os mesmos índios não percebem o catecismo, nem os que estudam a arte se entendem com os índios especialmente no Amazonas, como muitas vezes tem experimentado, e confessado os mesmos missionários, e índios, de sorte está *viciada, e corrupta* que parece outra língua diversa; mas a qual é que se usa em todas as missões portuguesas na Amazonas, e que aprendem as novas nações, que vão saindo dos matos. E as que estudam os missionários brancos, que tratam com índios não com regras, e preceitos da arte, mas pelo uso, e trato dos mesmos índios. (DANIEL, 1976, v.II, p. 225 grifos nossos)

A oposição, relatada por Daniel, entre uma língua antiga padronizada pelos textos jesuíticos impressos, e outra “corrupta/corrompida”, usada sobretudo fora do contexto das práticas religiosas, aparece com destaque na gramática anônima. O missionário, na gramática, descreve a diferença entre o registro escrito (língua elegante/polida) associado à variedade de

¹⁶ Conforme Rodrigues, “[...]o tupinambá e essa Língua Geral em que se transformou, é que foi a língua da ocupação portuguesa da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Aí ela foi o veículo não só da catequese, mas também da ação social e política portuguesa e luso-brasileira até o século XIX.” (Rodrigues, 1994, 102)

¹⁷ Grifos nossos.

maior prestígio e o registro oral (menos polida/mais usada) associado à variedade de menor prestígio. O processo de diferenciação entre o registros escrito e oral parece ser tão grande que às vezes causava certa dificuldade de comunicação.

Nos catecismos¹⁸ e na Arte antiga se acha em lugar de óe está dicção mã. A qual ainda que ao parecer he muy elegante, e algumas pessoas há, que ainda dão razão dela, não há hoje pessoa alguma que a use e as mais dela não a entendem; e por isso usem desta que acima declaro. (ANÔNIMO, fôlio, 148)

Um segundo exemplo da preocupação do missionário com a diferença entre uma língua “polida” associada à escrita e uma língua “corrupta” associada à variação oral em uso no cotidiano se reflete na formação da negação do verbo. Luís Figueira, na sua gramática, apresenta a seguinte regra para a negação do verbo:

[...] e todos os verbos se negão da mesma maneira. E note-se que as negações começam pela letra N. E também assim tem a letra D, depois do N ut *Najucái*¹⁹ ou *Ndajucái* ou com D somente *Dajucái*. (FIGUEIRA, 1880, p.30)

Na gramática anônima, o autor além das negações iniciada com a letra N ou D, nas suas palavras, formas mais “polidas e elegantes”, apresenta outras maneiras de negar o verbo. A incorporação de outras formas de negação do verbo reflete a percepção do autor sobre as mudanças que estavam ocorrendo na língua em uso.

Em lugar do dito N se pode ajuntar outra qualquer casta de negação com v.g. *Nitibi, nitio, nangai, nangaité; Najucái ou Najucá, Nitio jucá, nitio ajucá, Nangai jucá, Nangaité jucá*. (ANÔNIMO, fôlios, 161-162)

Outra oposição que percorre a obra e reflete a complexa realidade linguista é a oposição entre a língua dos bons “línguas”²⁰ e a língua dos iniciantes:

Possessivos se diz aquele nome que significa possessão de alguma coisa como *Xe, Nde, I, Yande, Pe, I. Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso, Dele*, ainda que o possessivo I do plural melhor será dizer *aõa*, por que o I, já se usam pouco, especialmente os que *são pouco versados* na língua geral [...] para *os bons línguas* diremos *icapixaba, a roça dele; porém para os que sabem pouco de*

¹⁸ O catecismo foi um importante instrumento de estandarização da língua tupi. A preocupação dos missionários com a padronização do discurso religioso acarretou a padronização e a homogeneização das variantes linguísticas.

¹⁹ Jucá – matar. Verbo utilizado como paradigma tanto na gramática de Figueira quanto na gramática anônima.

²⁰ “línguas” é o termo utilizado para designar a pessoa que sabia a língua dos índios e que muitas vezes servia como interprete dos missionários no processo de catequização.

língua será necessário dizemos *aõa capixaba, a roça deles*. (ANÔNIMO, fólhos, 110-111)

A situação linguística nesse período evoca um contexto linguístico muito diversificado com diferentes níveis de comunicabilidade. Se pensarmos numa gradação hipotética de comunicação veríamos num extremo os falantes monolíngues, quer de português ou de outras línguas, e, no extremo oposto, estariam os falantes bilíngues. Assim, entre um extremo e outro teríamos níveis diferentes de competência linguística. Teríamos, portanto, dentro desse universo linguístico, desde formas rudimentares de comunicação até o domínio talvez próximo a de um falante nativo²¹.

Conclusão

A obra reflete os últimos momentos do processo de conversão do gentil e de gramatização das línguas indígenas nos antigos estados do Maranhão e Grão Pará. A língua descrita na obra corresponde à Língua Geral Amazônica (Rodrigues, 1994), uma língua já diferente da descrita por Anchieta (1595) e Figueira (1621). A análise gramática evoca um contexto comunicativo complexo em que teríamos, no interior das missões, variados níveis de competência linguística. Além disso, a gramática reflete também um autor que, embora não sendo um “mestre” de gramática, estava muito atento às mudanças que ocorriam na língua que descrevia.

Vale destacar, por fim, que a obra deixa ver o missionário imerso no dilema entre descrever uma língua “elegante, ao seguir a norma da língua antiga presente nos textos (catecismos e gramáticas) e falada pelos bons línguas ou ser inteligível, ao descrever a língua corrente no cotidiano das missões. A tensão entre escrita (normatizada nos textos) e oralidade (a língua em uso no cotidiano das missões) percorre a obra.

Referências Bibliográficas

ANÔNIMO. *Gramatica da Lingua Geral do Brazil*. Com hum dicionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua. Pará: Biblioteca da Universidade de Coimbra, Ms. 69.[S/D].

²¹ Para uma visão da situação linguística que emerge da documentação que segue ao descobrimento, Cf. Maria Carlota Rosa. *A cerca das duas primeiras descrições missionárias de língua geral*.

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- BARROS, M. C. D. M. *A relação entre manuscritos e impressos em tupi como forma de estudo da política linguística jesuítica no século XVIII na Amazônia*. In: Revista Letras, n. 61, Especial. Curitiba: 2003. pp. 125-152.
- BUESCU, M. L.C. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Biblioteca breve, Vol. 71.1983.
- DAHER, A. *A oralidade Perdida*. Ensaios de história das práticas letradas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2012
- DANIEL, J. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional, 2 vol. 1976.
- EDELWEISS, F. G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.
- FIGUEIRA, L. *Arte de grammatica da lingua brasílica*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1880 .
- HANSEN, J. A. *O nu e a luz: Cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558*. In: Revista do instituto de estudos brasileiros, São Paulo: Vol. 38, 1995. pp. 87-119.
- LEITE, S.(org.) *Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 3 vol., 1954 – 1957.
- NAVARRO, E. A.. *A tradução de textos para línguas exóticas nos séculos XVI e XVII – natureza e características..* In: Língua e Literatura (USP) Vol. 27, 2000 pp. 215-234.
- _____. *A problemática linguística do Renascimento às missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luís Figueira. Tese . USP. São Paulo. 1995.*
- MONTEIRO, J.M. *Traduzindo tradições: Gramáticas, vocabulários e catecismos em línguas nativas na América portuguesa*. In: Paes de Brito, J. (org) *Os índios, nós*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000, pp. 36-43.
- RODRIGUES, A. D. *Língua brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola. 1994.
- ROSA, M. C. *Acerca das duas primeiras descrições missionárias da língua geral. Ameríndia* v.19/20. Paris. 1995. pp. 273-285
- VIEIRA, A. *Sermões Tomo I*. (org.) Alcir Pécora. São Paulo, Hedra, 2014

ZWARTJES, O. *The anonymous grammar of the língua geral do Brasil* (1750). Ms.69, Biblioteca Municipal de Coimbra and the portuguese gramatical tradition. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos* n. 19, Campinas: Pontes. 2007. pp.55-77.

UNE GRAMMAIRE MISSIONNAIRE DU DIX-HUITIÈME SIÈCLE: UTILISATION LINGUISTIQUE ET CHANGEMENT

RESUMÉ

Dans le processus de conversion des Gentils et de grammatisation des langues "exotiques", les missionnaires ont produit une grande variété de genres textuels: lettres, sermons, catéchismes, prières, vocabulaires, dictionnaires et grammaire elle-même. De toute cette production, ce n'est qu'au cours des dernières décennies que le travail de réflexion et de description linguistique des missionnaires a été redécouvert et rediscuté. Ainsi, pour contribuer à la ligne de recherche Histoire des Idées Linguistiques au Brésil, cet article a pour but d'analyser un manuscrit anonyme produit au XVIII^e siècle dans l'ancien état du Maranhão et Grão Pará: a *Gramática da Língua geral do Brasil, com hum dictionario dos vocábulos mais uzuaes para a intelligencia da dita língua.* L'analyse montre que la tension entre l'écriture (le langage standardisé dans les textes) et l'oralité (langage en usage dans le quotidien des missions) est tout au long du travail.

Mots-clés: Histoire des idées linguistiques. Grammaire des langues générales. Manuscrits du XVIII^e siècle.

Envio: janeiro/2018

Aceito para publicação: maio/2018